

EPR Via Mineira S.A.

Demonstrações financeiras

Período de 20 de maio a 31 de dezembro
de 2024

com Relatório do Auditor Independente

EPR Via Mineira S.A.

Demonstrações financeiras

Período de 20 de maio a 31 de dezembro de 2024

Índice

Relatório da administração	2
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	18
Balço patrimonial	21
Demonstração do resultado	23
Demonstração do resultado abrangente.....	24
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	25
Demonstração dos fluxos de caixa	26
Demonstração do valor adicionado	27
Notas explicativas às demonstrações financeiras	28



EPR Via Mineira S.A.

Relatório da Administração 2024

Relatório da Administração 2024

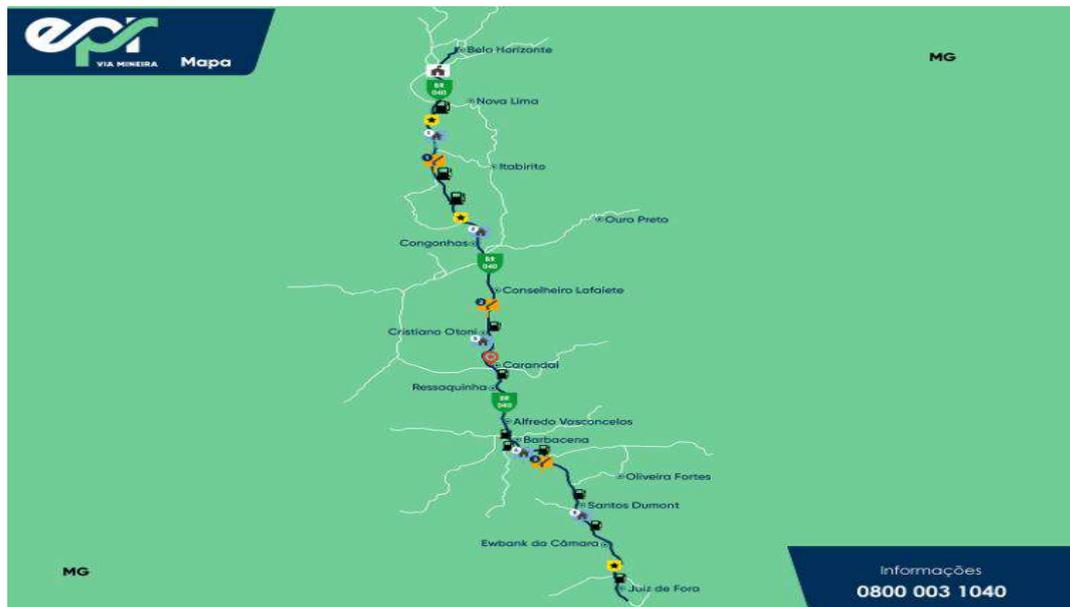
Belo Horizonte (MG), XX de abril de 2025 – A EPR Via Mineira S.A. (“Companhia” ou “Via Mineira”) divulga seus resultados referentes ao período de 20 de maio de 2024 a 31 de dezembro de 2024.

EPR Via Mineira S.A.

A EPR Via Mineira S.A. foi constituída em 20 de maio de 2024, a Companhia tem por objeto social, a exploração da concessão de serviços públicos de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias, ampliação de capacidade e manutenção do nível de serviço do Rodovia BR-040/MG, no trecho compreendido entre Belo Horizonte até Juiz de Fora, nos termos, no prazo e nas condições estabelecidas no Edital de Concessão 04/2023 da Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT”) e do Contrato de Concessão.

O “Contrato n.º 004/2023” foi celebrado em 04 de julho de 2024 com o Estado de Minas Gerais, por intermédio da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT. O prazo de concessão é de 30 anos, a contar da data da eficácia do contrato, obtida em 04 de julho de 2024.

A Concessionária opera 03 praças de pedágio e 05 Postos de Atendimento ao longo dos 232 quilômetros de extensão do trecho concedido, cruzando 15 municípios, todos no estado de Minas Gerais.



Grupo EPR

A EPR Participações S.A. ("EPR"), acionista controladora indireta da EPR Via Mineira, é uma plataforma de investimentos em concessões de rodovias e mobilidade, com o propósito de prestar serviços a usuários, administrar e realizar investimentos para modernização e manutenção das rodovias concedidas pelo Poder Público, contribuindo para o desenvolvimento sustentável das regiões em que atua. A empresa é a consolidação da parceria da Equipav, com mais de 60 anos de experiência em infraestrutura, com a Perfin, gestora de fundos de investimentos em infraestrutura.

A EPR, por meio da EPR Triângulo, da EPR Sul de Minas, EPR Vias do Café, EPR Via Mineira e EPR Litoral Pioneiro (sociedades de propósito específico), administra, respectivamente, três concessões estaduais de rodovias e uma concessão federal de rodovias no Estado de Minas Gerais e uma concessão de rodovia federal no Estado do Paraná.

Em 19 de dezembro de 2024, o Grupo EPR sagrou-se vencedor do leilão da concessão federal do lote 6 do estado do Paraná.

Mensagem do Diretor Presidente

Em 2024, a EPR Via Mineira avançou significativamente na segurança viária, no atendimento ao usuário e na modernização da infraestrutura da BR-040. Desde o início da concessão, foram executados serviços essenciais como a requalificação do pavimento com revestimento asfáltico (CBUQ), implantação de sinalização horizontal e vertical, instalação de tachas refletivas, limpeza e manutenção de drenagem, controle da vegetação e remoção de resíduos das faixas de domínio. Além disso, fortalecemos nossas operações em conjunto com a Defesa Civil no combate a incêndios, garantindo maior proteção ao entorno da rodovia.

Um marco desse primeiro ano foi a execução do Plano de 100 Dias, iniciado já no primeiro dia da concessão. Com 41 ações prioritárias, esse plano trouxe impactos imediatos na segurança e na fluidez do tráfego, aumentando a confiança dos usuários e reafirmando nosso compromisso com uma rodovia mais eficiente. Dentre as principais entregas, destacam-se as intervenções no Trevo da Moeda, na Curva da Celinha e no Trevo Paulo VI, que, desde sua conclusão, registram ausência de acidentes – um reflexo direto da nossa atuação assertiva e comprometida.

Além das obras e melhorias estruturais, a EPR Via Mineira tem implementado inovações nos modelos de concessão, como:

- ✓ Desconto de Usuário Frequente (DUF), beneficiando quem utiliza regularmente a rodovia;
- ✓ Desconto Básico de Tarifa (DBT) para todos os motoristas que utilizam TAGs de pagamento automático;
- ✓ Isenção de tarifa para motociclistas, garantindo maior acessibilidade e inclusão.

Nosso próximo passo é o investimento em tecnologia, que será fundamental para elevar ainda mais a eficiência operacional e a segurança da rodovia. Estamos estruturando a implantação de sistemas avançados de monitoramento por câmeras, que permitirão um controle mais preciso do tráfego e embasarão a criação de uma inteligência operacional estratégica. Esse projeto trará mais agilidade na tomada de decisão e aprimorará o atendimento aos usuários.

Além disso, em um futuro breve, a conectividade será uma realidade em todo o trecho da concessão, com cobertura 4G ao longo da BR-040. Essa infraestrutura ampliará a segurança e a experiência dos usuários, permitindo maior acesso à informação e eficiência nos serviços de atendimento.

Nosso compromisso vai além da infraestrutura viária. Buscamos impactos positivos nas comunidades ao longo da BR-040, promovendo desenvolvimento econômico, social e ambiental. Com uma gestão baseada em eficiência, inovação e segurança, seguimos transformando a experiência de quem transita pela rodovia.

Luciano Louzane

Destaques de 2024

Operacional e Regulatório

O Grupo EPR arrematou o processo licitatório (1º da relicitação da BR-040) no dia 11 de abril de 2024. O contrato junto à ANTT foi firmado no dia 04 de julho de 2024, sendo a assunção do contrato no dia 06 de agosto de 2024, data em que se iniciou a cobrança nas três praças de pedágio (Itabirito, Conselheiro Lafaiete e Barbacena).

A EPR Via Mineira realizou mais de 17 mil atendimentos aos usuários ao longo do ano de 2024. O Centro de Controle Operacional (CCO) da concessionária funciona 24 horas por dia, coordenando equipes de inspeção e socorro que patrulham as rodovias continuamente. As equipes estão distribuídas em bases operacionais estrategicamente posicionadas, garantindo um rápido tempo de resposta em emergências. A infraestrutura oferecida inclui ambulâncias, guinchos leves e pesados, caminhões de combate a incêndio e veículos para apreensão de animais, proporcionando uma ampla gama de serviços para os usuários das rodovias.

A EPR Via Mineira buscando seu compromisso com a segurança e excelência na prestação de serviços ao usuário apresentou os seguintes números de atendimentos no ano de 2024:

Atendimentos	2024
Socorro Médico	3.931
Socorro Mecânico	7.242
Atendimento (Caminhão Pipa)	382
Atendimento (Caminhão Boiadeiro)	507
Inspeções	4.964
TOTAL	17.026

Prêmio ANTT 2024

A EPR Via Mineira foi reconhecida com a Menção de Prata como Destaque Regulatório em 2024, a premiação levou em consideração as boas práticas regulatórias e operacionais realizadas.

O reconhecimento reflete os avanços promovidos durante o Plano de 100 Dias, uma inovação da EPR Via Mineira, que implementou melhorias significativas em 41 pontos mapeados na rodovia. Essas ações colaboraram com a redução de 26,6% de acidentes fatais e 38,8% no número de óbitos no período. Entre os principais serviços, destacam-se:

- 100 quilômetros de drenagens limpas;
- 900 quilômetros de roçada realizada;
- 14 mil tachas refletivas instaladas;
- 253 quilômetros de sinalização horizontal revitalizada;
- 235 toneladas de resíduos removidos;
- 500 novas placas de sinalização vertical implantadas.

Destaque também para as intervenções no Trevo da Moeda, na Curva da Celinha e no Trevo

Paulo VI, que, desde sua conclusão, registram ausência de acidentes.

Investimentos

A EPR Via Mineira encerrou o ano de 2024 com avanços significativos na segurança viária e a melhoria da infraestrutura nas rodovias sob sua administração. Mais de R\$ 75,9 milhões foram investidos entre obras de melhorias no trecho que fazem parte dos Trabalhos Iniciais previstos no contrato de concessão. As intervenções incluem fresagem, recomposição de pavimento, reparos localizados, revitalização de sinalização horizontal, instalação de placas e outros dispositivos de segurança.

Os investimentos realizados foram:

- 1.510 quilômetros de roçada;
- Aplicação 55 mil toneladas de Concreto Betuminoso Usinado a Quente (CBUQ) em mais de 130 quilômetros de faixas;
- Remoção de 317 toneladas de lixo;
- Revitalização de 90.255 m² de sinalização horizontal;
- Implantação de 1.070 novas placas de sinalização;
- Instalação de 26.774 unidades de tachas refletivas;
- Posicionamento de 451 balizadores ao longo do trecho.

Aumento de capital

Em 20 de maio de 2024, a Companhia foi constituída com a subscrição de 100 (cem) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, emitidas por R\$ 1,00 (um real) por ação, perfazendo o total de R\$ 100,00 reais, e a integralização do valor total dessas ações pelos acionistas.

Em 11 de junho de 2024, foram subscritas 340.000.000 (trezentos e quarenta milhões) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, ao preço de R\$ 1,00 (um real) por ação, perfazendo o total de R\$ 340.000.000, pelo acionista EPR Infraestrutura MG S.A. O valor parcialmente integralizado no capital social foi de R\$ 173.000 mil. Conforme definido no contrato de concessão, a Companhia tem o compromisso de aportar o restante do valor a integralizar até 04 de julho de 2025, 12 meses após o início das operações.

Econômico-Financeiros

A receita bruta com arrecadação de pedágio da Companhia foi de R\$ 158,2 milhões em 2024.

A receita líquida ajustada¹ em 2024 foi de R\$ 144,7 milhões.

O tráfego em 2024 foi de 13,4 milhões de eixos equivalentes².

O EBITDA em 2024 foi de R\$ 96,0 milhões.

¹ Receita líquida ajustada desconsidera a receita de construção

² Eixos equivalentes: refere-se à quantidade de eixos pagantes de cada veículo

Em 2024, a Companhia registrou R\$ 96,0 milhões com custos de construção e desembolsou R\$ 75,9 milhões com destaque para obras de Trabalhos Iniciais, conforme o Programa de Exploração da Rodovia (PER).

Programa de Integridade EPR

A Companhia está sujeita às disposições do Código de Conduta e da Política de Compliance de sua controladora, a EPR, que compõe, junto com suas controladas, o Grupo EPR ("Grupo EPR" e "Políticas", respectivamente).. A EPR ressalta ainda que, foram revisadas, criadas e lançadas em abril de 2024 as seguintes políticas de integridade, que estão vigentes:

- (i) Política de Integridade e Combate à Corrupção e ao Suborno;
- (ii) Política de Cumprimento do Código de Conduta;
- (iii) Política de Transação com Partes Relacionadas;
- (iv) Política do Canal de Ética Não Retaliação e Gestão de Consequências;
- (v) Política de Conflito de Interesses;
- (vi) Política de Brindes Presentes Entretenimento e Hospitalidades;
- (vii) Política de Doações Contribuições e Patrocínio;
- (viii) Política de Relacionamento com o Poder Público; e
- (ix) Política de Comportamentos e Atividades Político-eleitorais

As referidas Políticas visam prevenir, detectar e remediar irregularidades, de modo a reduzir os riscos de violação à legislação anticorrupção e antissuborno aos quais está sujeita no âmbito de seus negócios, e foram elaboradas com base nas diretrizes previstas na legislação de anticorrupção brasileira, dentre elas a Lei n.º 12.846, de 2013 e Decreto n.º 11.129, de 2022 (que revogou o antigo Decreto n.º 8.420, de 2015), bem como em melhores práticas de mercado nacionais e internacionais.

Como parte do aprimoramento do programa de integridade, o Conselho de Administração melhorou mecanismos de controle e de estrutura de governança corporativa adotando as seguintes medidas: (i) criação da gerência de integridade e auditoria interna, em linha de reporte para a presidência do Grupo EPR; (ii) contratação de consultoria para auditorias internas; (iii) aprovação das políticas de integridade e do código de conduta ética. A estrutura dedicada ao tema estabeleceu processos para gestão de *onboarding* de fornecedores, gestão de GRC, bem como revisão e inclusão de cláusulas anticorrupção e de integridade, também com foco em responsabilidade socioambiental, em todos os contratos firmados com parceiros de negócio.

O programa de integridade tem como objetivo facilitar a compreensão e conhecimento pelos administradores e colaboradores de suas diretrizes, orientar e analisar para que os objetivos do programa estejam alinhados aos pontos estratégicos do Grupo EPR, por meio de suas atividades de monitoramento e controles e submeter à análise crítica periódica da alta direção e órgão diretivo. Ademais, disseminar as políticas e procedimentos e recomendar a mitigação adequada às condutas contrárias das determinações do programa de integridade. O Grupo EPR possui em seu programa um canal de ética imparcial, administrado por terceiro, disponível 24h, sete dias por semana, no qual a área de integridade tem como escopo conduzir, gerenciar e tratar as denúncias recebidas, além de deliberar os temas em comitê executivo de integridade e ética da EPR.

Sustentabilidade

Programas Ambientais e Sociais

Faz parte do escopo do Contrato de Concessão o desenvolvimento do Programa Carbono Zero, o qual determina a neutralização das emissões provenientes das atividades de operação do Sistema Rodoviário.

O primeiro inventário será entregue à Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT no início do 2º ano do Contrato de Concessão (2025).

A EPR Via Mineira realizou doações a projetos incentivados em 2024. Foram 5 projetos, voltados ao esporte, cultura, fundo de apoio a infância e adolescência e fundo de apoio ao idoso, no montante total de R\$ 1,7 milhões.

Implantação do Sistema de Gestão Integrada (SGI)

A EPR Via Mineira implantará em até dois anos da data de eficácia do Contrato de Concessão, os Sistemas de Gestão da Qualidade e de Gestão Ambiental, com base na norma NBR ISO 14.001, conforme item 5 do PER e até o 24º (vigésimo quarto) mês da data de eficácia do Contrato de Concessão, o Sistema de Gestão de Saúde e Segurança do Trabalho, com base na série de normas NBR ISO 45.001.

Implantação de monitoramento de chuvas

A EPR Via Mineira em parceria com o SMAC (Sistema de Monitoramento e Alerta Climatempo), realiza a coleta de dados e monitoramento contínuo de dados meteorológicos. Este monitoramento auxilia a equipe de Engenharia para ações práticas de prevenção e agilidade operacional, assegurando o atendimento ao usuário em situações climáticas extremas.

Recursos Humanos

Em 2024, a EPR Via Mineira registrou o maior número de contratações, totalizando 292 empregos diretos na região da concessão.

O grupo EPR criou um canal de vagas que divulga as oportunidades abertas e possibilita os interessados a cadastrar seu currículo e enviar a candidatura. O canal apresenta os valores do grupo que são baseados em ética, respeito, transparência e colaboração.

A EPR valoriza a inclusão e acredita no potencial de cada pessoa, por isso, está comprometida em construir um ambiente de trabalho cada vez mais diverso.

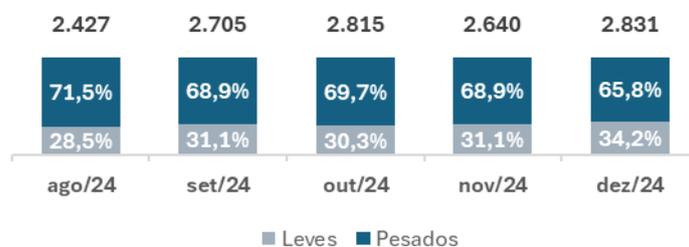
Desenvolvimento econômico dos municípios

A EPR Via Mineira, no ano de 2024, repassou R\$ 7,7 milhões em Imposto Sobre Serviços (ISS) aos 15 municípios que compõem a malha sob sua administração. Cada município poderá destinar a arrecadação para investir em diversas áreas, tais como: saúde, educação e infraestrutura.

Desempenho EPR Via Mineira

Tráfego

O tráfego mensal em eixos equivalentes teve a seguinte distribuição entre leves e pesados desde 06 de agosto de 2024 (início da arrecadação) até 31 de dezembro de 2024:



O tráfego acumulado em 2024 foi de 13,4 milhões de eixos equivalentes³, sendo 4,2 milhões de veículos leves e 9,2 milhões de veículos pesados.

Tráfego em milhares de eixos equivalentes	2024	2024%
Leves	4.175	31%
Pesados	9.243	69%
Total	13.418	100%

Tarifa Média

A tarifa média por eixo equivalente em 2024 foi de R\$ 11,79.

Receita

A cobrança de pedágio iniciou-se em 6 de agosto de 2024. Dessa forma, não houve receita de arrecadação de pedágio em 2023, respectivamente. Apresentamos a receita apurada abaixo:

Receita (R\$ mil)	2024
Receita Bruta	254.234
Receita com arrecadação de pedágio	158.238
Receita de serviços de construção - ICPC 01 (R1)	95.996
Imposto sobre receitas operacionais	(13.504)
Receita Operacional Líquida	240.730
Receita Líquida Ajustada	144.734

A receita com arrecadação de pedágio foi de R\$ 158,2 milhões em 2024.

³ Eixos equivalentes: refere-se à quantidade de eixos pagantes de cada veículo

A receita líquida totalizou R\$ 240,7 milhões em 2024 e a receita líquida ajustada (excluindo a receita com serviços de construção) totalizou R\$ 144,7 milhões.

Em 2024, 61% da arrecadação foi pela modalidade automática (AVI).

Custos Operacionais e Despesas Administrativas

Custos e Despesas Operacionais (R\$ mil)	2024
Custo de serviços de construção	(95.996)
Depreciação e amortização	(1.868)
Com pessoal	(13.636)
Seguros e garantias	(1.909)
Serviços de terceiros	(21.886)
Custo da concessão	(4.954)
Aluguéis	(1.265)
Combustíveis e lubrificantes	(1.677)
Perdas de arrecadação	(184)
Outros	(4.446)
Custos e Despesas Operacionais	(147.821)

Em 2024, os custos de serviços de construção foram de R\$ 96,0 milhões de um total de R\$ 147,8 milhões, representando 64,9% do total de custos operacionais.

EBITDA

O EBITDA totalizou R\$ 96,0 milhões em 2024, com margem EBITDA ajustada de 66,3%.

EBITDA (R\$ mil)	2024
Receita operacional líquida	240.730
Receita de construção	(95.996)
Receita Líquida Ajustada	144.734
Custos operacionais	(122.942)
Despesas operacionais	(24.879)
Outras receitas e despesas	1.177
Custos de construção	95.996
Custos Operacionais (s/ custos de construção)	(50.648)
EBIT	94.086
Depreciação e amortização	1.868
EBITDA	95.954
Margem EBITDA Ajustada	66,3%

Conforme a Resolução CVM nº156, de 23 de junho de 2022, segue abaixo a reconciliação do lucro (prejuízo) líquido para o EBITDA:

EBITDA (R\$ mil)	2024
Lucro/Prejuízo do exercício	67.274
(+) IR e CS - correntes e diferidos	33.069
(+) Resultado financeiro	(6.257)
(+) Depreciação e amortização	1.868
EBITDA	95.954

Resultado Financeiro

Resultado Financeiro (R\$ mil)	2024
Receitas Financeiras	
Aplicações financeiras	7.969
Outras receitas financeiras	3
Despesas Financeiras	
Ajuste a valor presente	(1.062)
Encargos financeiros	(280)
Outras despesas financeiras	(373)
Resultado Financeiro	6.257

O resultado financeiro líquido foi de R\$ 6,3 milhões em 2024. Este valor representa um incremento de lucro financeiro impactado principalmente pelo rendimento das aplicações financeiras, oriundas do capital aplicado.

Endividamento

Endividamento (R\$ mil)	2024
Arrendamento mercantil	25.714
Caixa	(154.754)
Dívida Líquida	(129.040)

O saldo negativo de endividamento se dá pelas aplicações financeiras realizadas, visto o início da cobrança do pedágio e o aporte de capital recebido, o qual gerou mais capital a ser aplicado. Não há saldo de dívidas a pagar registrado na EPR Via Mineira, pois sua controladora direta (EPR Infraestrutura MG S.A.) realizou a emissão de notas comerciais escriturais.

CAPEX

CAPEX (R\$ mil)	2024	%
Imobilizado	4.206	6%
Infraestrutura em construção	71.311	94%
Intangível	380	0,5%
Total	75.897	100%

Em 2024, a Companhia desembolsou R\$ 75,9 milhões, sendo a maior representatividade as obras de atendimento ao PER, com destaque para trabalhos iniciais, conforme preconiza o

contrato de concessão.

Lucro (Prejuízo) Líquido

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apresentou um lucro líquido de R\$ 67,3 milhões.

Governança Corporativa

Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) que compreendem normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Relacionamento com a Auditoria Externa

A política da Companhia na contratação de eventuais serviços não relacionados à auditoria externa junto ao auditor independente fundamenta-se nos princípios que preservam a independência do auditor, quais sejam: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho; (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente; e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente.

A Companhia informa que a Ernst & Young Auditores Independentes S.S. Ltda, prestadora dos serviços de auditoria externa à Companhia, não prestou outros serviços além revisões das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, que possam levar a existência de conflito de interesse, perda de independência ou objetividade dos serviços de auditoria prestados.

Declaração da Administração

A Administração da EPR Via Mineira S.A. declara, nos termos do artigo 27 da Resolução CVM nº 80 de 29 de março de 2022, que revisou, discutiu e concordou i) com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 e (ii) com o conteúdo e conclusão expressos no relatório dos auditores independentes em relação às demonstrações financeiras relativas ao período entre 20 de maio de 2024 a 31 de dezembro de 2024.

Demonstração de Resultado

Demonstração do resultado (em R\$ mil)	2024
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	240.730
CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS	(122.942)
LUCRO BRUTO	117.788
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS	
Despesas gerais e administrativas	(24.879)
Outras receitas e despesas	1.177
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	94.086
RESULTADO FINANCEIRO	
Receitas financeiras	7.972
Despesas financeiras	(1.715)
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	100.343
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	
Correntes	(34.873)
Diferidos	1.804
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	67.274
RESULTADO POR AÇÃO BÁSICO E DILUÍDO - R\$	0,4308

Balanço Patrimonial

ATIVO	2024	PASSIVO	2024
CIRCULANTE		CIRCULANTE	
Caixa e equivalentes de caixa	154.754	Fornecedores	33.845
Contas a receber	23.656	Arrendamento mercantil a pagar	3.791
Partes relacionadas	945	Obrigações sociais	3.369
Impostos a recuperar	668	Obrigações fiscais	6.517
Adiantamentos a fornecedores	1.523	Partes relacionadas	899
Outros ativos	2.013	Credores pela concessão	1.404
		Dividendos a pagar	15.977
Total do ativo circulante	183.559	Total do passivo circulante	65.802
NÃO CIRCULANTE		NÃO CIRCULANTE	
Valores a receber do poder concedente	1.177	Arrendamento mercantil a pagar	21.923
Recursos vinculados	4.913	Credores pela concessão	5.747
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.804	Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	47
Realizável a longo prazo	7.894	Total do passivo não circulante	27.717
Direito de uso em arrendamento	25.224	Capital social	173.000
Imobilizado	4.119	Reserva legal	3.364
Infraestrutura em construção	91.030	Dividendos adicionais propostos	47.933
Intangível	5.990		
		Total do patrimônio líquido	224.297
Total do ativo não circulante	134.257	TOTAL DO PASSIVO	93.519
TOTAL DO ATIVO	317.816	TOTAL DO PASSIVO + PATRIMÔNIO LÍQUIDO	317.816

Demonstração de Fluxo de Caixa

Demonstração de fluxo de caixa (em R\$ mil)

2024

FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	
Lucro antes dos tributos	100.343
Ajustes de:	
Depreciação e amortização	1.868
Ajuste a valor presente	1.062
Credores pela concessão	5.705
Provisão para participação nos lucros	1.537
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	47
Perdas de arrecadação	184
Redução (aumento) dos ativos operacionais:	
Contas a receber	(23.840)
Valores a receber do poder concedente	(1.177)
Partes relacionadas	(945)
Impostos a recuperar	(668)
Adiantamentos a fornecedores	(1.523)
Outros ativos	(2.013)
Aumento (redução) dos passivos operacionais:	
Fornecedores	8.367
Partes relacionadas	899
Obrigações sociais	1.832
Obrigações fiscais	3.270
Credores pela concessão	1.404
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	96.352
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(31.626)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	64.726
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	
Aquisições de itens de infraestrutura em construção	(71.311)
Aquisições de itens de intangível	(380)
Aquisições de itens de imobilizado	(4.206)
Recursos vinculados	(4.871)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	(80.768)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	
Pagamento de arrendamento mercantil	(2.204)
Aumento de capital social	173.000
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	170.796
AUMENTO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	154.754
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO EXERCÍCIO	-
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FIM DO EXERCÍCIO	154.754



**Shape the future
with confidence**

Edifício Trade Tower
Av. José de Souza Campos, 900
1º andar - Nova Campinas
13092-123 - Campinas - SP - Brasil
Tel: +55 19 3322-0500
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos administradores e acionistas da
EPR Via Mineira S.A.
Nova Lima – MG

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da EPR Via Mineira S.A. (“Companhia”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de 20 de maio (início das operações) a 31 de dezembro de 2024, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período de 20 de maio (início das operações) a 31 de dezembro de 2024, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como “normas contábeis IFRS”).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Reapresentação das demonstrações financeiras para fins de registro na Comissão de Valores Mobiliários

Chamamos atenção à nota explicativa 2.2 às demonstrações financeiras, a qual menciona que as demonstrações financeiras e o relatório de auditor independente estão sendo reapresentados, com o intuito único de atender às normas da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) em função da intenção da Companhia de obter registro, na categoria B, daquela autarquia. Por consequência, nosso relatório de auditoria passou a incluir a seção de Principais Assuntos de Auditoria, dentre outros parágrafos complementares. Nossa opinião não contém ressalva em relação a esse assunto.



**Shape the future
with confidence**

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para o assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”, incluindo aquelas em relação a esse principal assunto de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar o assunto abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Capitalização de gastos de infraestrutura em construção e intangível

Os contratos de concessões representam o direito de exploração da infraestrutura, pautado pela interpretação contábil ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão (correlato ao IFRIC 12), o qual prevê a obrigação de construir e/ou operar a infraestrutura (ativo intangível da concessão) para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente, nas condições previstas em contrato. Os critérios de reconhecimento desses valores e montantes investidos na infraestrutura estão divulgados nas notas explicativas 2.4 (i), 11 e 12 das demonstrações financeiras.

A mensuração da infraestrutura em construção e conseqüentemente do intangível é afetada por elementos subjetivos devido às naturezas diversas dos gastos capitalizados como parte da infraestrutura da concessão, bem como devido ao grau de julgamento para a determinação do ativo intangível. Desta forma, identificamos a capitalização de gastos de infraestrutura em construção e intangível como área significativa de auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) avaliação dos critérios de classificação de gastos como infraestrutura em construção e intangível; (ii) teste das adições da infraestrutura em construção e intangível para validação da existência e avaliação da natureza do gasto e a correta classificação; e (iii) avaliação da natureza dos gastos capitalizados como infraestrutura em construção e sua aplicabilidade aos critérios estabelecidos pelo contrato de concessão e normas contábeis vigentes.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios de capitalização de gastos de infraestrutura em construção e intangível adotados pela Companhia, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas 2.3 (i), 12 e 13, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.



**Shape the future
with confidence**

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao período de 20 de maio (início das operações) a 31 de dezembro de 2024, elaborada sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como “normas contábeis IFRS”), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.



**Shape the future
with confidence**

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.



**Shape the future
with confidence**

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Campinas, 05 de maio de 2025.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-027623/F

A handwritten signature in purple ink, enclosed in a purple oval. The signature appears to read 'José Antonio de Andrade Navarrete'.

José Antonio de Andrade Navarrete
Contador CRC SP-198698/O

EPR Via Mineira S.A.

Balanço patrimonial

Em 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de Reais)

	<u>Nota</u> <u>explicativa</u>	<u>2024</u>
ATIVOS		
CIRCULANTE		
Caixa e equivalentes de caixa	4	154.754
Contas a receber	5	23.656
Partes relacionadas	13	945
Impostos a recuperar		668
Adiantamentos a fornecedores		1.523
Outros ativos		2.013
Total dos ativos circulantes		<u>183.559</u>
NÃO CIRCULANTE		
Realizável a longo prazo		
Valores a receber do poder concedente	6	1.177
Recursos vinculados	8	4.913
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7	1.804
Total do realizável a longo prazo		<u>7.894</u>
Direito de uso em arrendamento Imobilizado	9 10	25.224 4.119
Infraestrutura em construção	11	91.030
Intangível	12	5.990
		<u>126.363</u>
Total dos ativos não circulantes		<u>134.257</u>
TOTAL DOS ATIVOS		<u>317.816</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

EPR Via Mineira S.A.

Balanço patrimonial

Em 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de Reais)

	<u>Nota</u> <u>explicativa</u>	<u>2024</u>
PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
CIRCULANTE		
Fornecedores	14	33.845
Arrendamento mercantil a pagar	9	3.791
Obrigações sociais	15	3.369
Obrigações fiscais	16	6.517
Partes relacionadas	13	899
Credores pela concessão	17	1.404
Dividendos a pagar	19	15.977
Total dos passivos circulantes		65.802
NÃO CIRCULANTE		
Arrendamento mercantil a pagar	9	21.923
Credores pela concessão	17	5.747
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais		47
Total dos passivos não circulantes		27.717
TOTAL DOS PASSIVOS		93.519
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	19	
Capital social		173.000
Reserva legal		3.364
Dividendos adicionais propostos		47.933
Total do patrimônio líquido		224.297
TOTAL DOS PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		317.816

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

EPR Via Mineira S.A.

Demonstração do resultado

Período de 20 de maio a 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de Reais, exceto pelo resultado por ação)

	<u>Nota explicativa</u>	<u>2024</u>
Receita operacional líquida	20	240.730
Custo dos serviços prestados	21	(122.942)
LUCRO BRUTO		<u>117.788</u>
Despesas gerais e administrativas	21	(24.879)
Outras receitas e despesas	23	1.177
LUCRO OPERACIONAL		<u>94.086</u>
Receitas financeiras	22	7.972
Despesas financeiras	22	(1.715)
RESULTADO FINANCEIRO		<u>6.257</u>
LUCRO OPERACIONAL ANTES DOS IMPOSTOS		<u>100.343</u>
Imposto de renda e contribuição social		<u>(33.069)</u>
Correntes	7	(34.873)
Diferidos	7	1.804
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO		<u>67.274</u>
RESULTADO POR AÇÃO BÁSICO E DILUÍDO - R\$	24	<u>0,4308</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

EPR Via Mineira S.A.

Demonstração do resultado abrangente
Período de 20 de maio a 31 de dezembro de 2024
(Em milhares de Reais)

	<u>2024</u>
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	67.274
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO	<u>67.274</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

EPR Via Mineira S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Período de 20 de maio a 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	Capital social			Reserva legal	Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados	Total
		Capital social subscrito	Capital social a integralizar	Capital social integralizado				
Constituição da Companhia em 20 de maio de 2024		-	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital social	19	340.000	(167.000)	173.000	-	-	-	173.000
Lucro líquido do período		-	-	-	-	-	67.274	67.274
Destinações do lucro do período:								
Constituição de reserva legal	19	-	-	-	3.364	-	(3.364)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	19	-	-	-	-	-	(15.977)	(15.977)
Dividendos adicionais propostos	19	-	-	-	-	47.933	(47.933)	-
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024		340.000	(167.000)	173.000	3.364	47.933	-	224.297

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

EPR Via Mineira S.A.

Demonstração do fluxo de caixa

Período de 20 de maio a 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de Reais)

	<u>Nota</u> <u>explicativa</u>	<u>2024</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro antes dos tributos		100.343
Ajustes de:		
Depreciação e amortização	21	1.868
Ajuste a valor presente	22	1.062
Credores pela concessão	17	5.705
Provisão para participação nos lucros	15	1.537
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais		47
Perdas de arrecadação	21	184
Redução (aumento) dos ativos operacionais:		
Contas a receber	5	(23.840)
Valores a receber do poder concedente	6	(1.177)
Partes relacionadas	13	(945)
Impostos a recuperar		(668)
Adiantamentos a fornecedores		(1.523)
Outros ativos		(2.013)
Aumento (redução) dos passivos operacionais:		
Fornecedores	14 e 28	8.367
Obrigações sociais	15	1.832
Obrigações fiscais	16	3.270
Partes relacionadas	13	899
Credores pela concessão	17	1.404
Caixa gerado pelas atividades operacionais		<u>96.352</u>
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		(31.626)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		<u>64.726</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquisições de itens de infraestrutura em construção	11 e 28	(71.311)
Aquisições de itens de intangível	12	(380)
Aquisições de itens de imobilizado	10	(4.206)
Recursos vinculados	8	(4.871)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		<u>(80.768)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Pagamento de arrendamento mercantil	9	(2.204)
Aumento de capital social	19	173.000
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		<u>170.796</u>
AUMENTO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>154.754</u>
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO PERÍODO		-
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FIM DO PERÍODO	4	<u>154.754</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

EPR Via Mineira S.A.

Demonstração do valor adicionado

Período de 20 de maio a 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de Reais)

	<u>Nota explicativa</u>	<u>2024</u>
RECEITAS		
Receita de serviços prestados	20	158.238
Receita dos serviços de construção	20	95.996
Desconto de usuário frequente	23	1.177
		<u>255.411</u>
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		
Custo dos serviços prestados		(8.410)
Custo dos serviços de construção	21	(95.996)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(16.670)
Custo da concessão	21	(4.954)
Outros custos		(5.640)
		<u>(131.670)</u>
VALOR ADICIONADO BRUTO		<u>123.741</u>
DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES	21	(1.868)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO (RETIDO)		<u>121.873</u>
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		
Receitas financeiras	22	7.972
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR		<u>129.845</u>
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		<u>129.845</u>
Pessoal e encargos:		<u>13.015</u>
Remuneração direta		10.710
Benefícios		1.758
FGTS		547
Impostos, taxas e contribuições:		<u>46.710</u>
Federais (incluindo IOF)		39.049
Municipais		7.661
Remuneração de capitais de terceiros:		<u>70.120</u>
Juros		75
Aluguéis	21	1.265
Outras despesas financeiras		1.506
Dividendos		15.977
Lucros retidos		51.297

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

EPR Via Mineira S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Período de 20 de maio a 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Concessionária EPR Via Mineira S.A. (“Via Mineira” ou “Companhia”) é uma sociedade por ações de capital fechado, de propósito específico estabelecida e domiciliada no Brasil, com sede na Rua Niágara, nº350, bairro Jardim Canadá, Nova Lima, MG, Brasil.

Constituída em 20 de maio de 2024, a Companhia tem por objeto social, a exploração da concessão de serviços públicos de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias, ampliação de capacidade e manutenção do nível de serviço do Rodovia BR-040/MG, no trecho compreendido entre Belo Horizonte até Juiz de Fora, nos termos, no prazo e nas condições estabelecidas no Edital de Concessão 04/2023 da Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT”) e do Contrato de Concessão. A concessão tem prazo de 30 anos a contar da data da assinatura do contrato, firmada em 04 de julho de 2024.

A principal fonte de receita da Companhia ocorre através da arrecadação da tarifa de pedágio, cuja cobrança teve início em 06 de agosto de 2024. A tarifa de pedágio poderá ser reajustada anualmente, ou em casos excepcionais, conforme regramento do contrato de concessão.

A Via Mineira é responsável pela operação e manutenção de 232 km do trecho da BR-040, abrangendo 15 municípios de Minas Gerais. A concessionária tem como principais obrigações, conforme o contrato de concessão:

- Recuperação e manutenção do sistema rodoviário e dos serviços prestados;
- Ampliação de capacidade, abrangendo a realização de obras de duplicação e construção de faixas adicionais;
- Obras de melhoria envolvendo travessias urbanas, vias marginais, iluminação, passarelas, acessos, pontos de ônibus, ciclovias, passagem de fauna, entre outras obras e
- Obras de manutenção de nível de serviços.

Durante o período, a Companhia realizou investimentos significativos na recuperação da infraestrutura rodoviária, reforçando seu compromisso com a segurança viária, fluidez do tráfego e qualidade dos serviços prestados aos usuários. O total investido no período foi de R\$ 95.996 distribuído entre diversas frentes de trabalho essenciais para a operação e conservação da rodovia. Os principais investimentos contemplaram:

- Pavimentação: recuperação do pavimento para garantir maior conforto e segurança aos usuários;
- Implantação e recuperação de edificações e instalações: construção e reforma de instalações operacionais e de apoio;
- Canteiro central e faixa de domínio: ações voltadas à preservação das áreas adjacentes à rodovia;
- Sinalização e elementos de proteção e segurança viária: instalação de sinalizações verticais e horizontais, defensas metálicas e demais dispositivos de segurança;
- Terraplenos e estruturas de contenção: obras para estabilização de encostas e reforço estrutural;
- Sistema de drenagem e obras de arte correntes: melhorias na drenagem e execução de obras hidráulicas para prevenção de alagamentos e erosões;
- Obras-de-arte especiais: recuperação de pontes, viadutos e passarelas; e
- Sistemas elétricos e de iluminação: implantação e modernização da iluminação ao longo do trecho concedido.

EPR Via Mineira S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Período de 20 de maio a 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Esses investimentos refletem o compromisso da Companhia com a excelência na gestão da infraestrutura viária, contribuindo para a segurança, eficiência e conforto dos usuários da rodovia.

Segmento Operacional

O principal órgão tomador de decisões da Companhia, responsável pela definição da alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é a diretoria, e a diretoria avaliou a natureza do ambiente regulado em que opera e identificou que sua atuação tem como finalidade a prestação de serviços de operação de rodovias (utilidade pública), a qual é utilizada, inclusive, para o gerenciamento das operações e tomada de decisões estratégicas, sendo a única origem de fluxos de caixa operacionais. Sendo assim, concluiu que atua apenas nesse único segmento operacional.

2. Base de preparação

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela diretoria em 05 de maio de 2025.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela diretoria na sua gestão.

2.2 Reapresentação das demonstrações financeiras para fins de registro na Comissão de Valores Mobiliários

A Companhia emitiu, originalmente, suas demonstrações financeiras relativas ao período de 20 de maio a 31 de dezembro de 2024, em 31 de março de 2025, considerando o contexto de uma sociedade de ações de capital fechado (Nota 1). Devido a intenção da Companhia de obter registro na Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) na categoria B e em atendimento às Resoluções CVM N° 23 de 21 de fevereiro de 2021 e N° 80 de 29 de março de 2022, essas demonstrações financeiras e o relatório do auditor independente estão sendo reemitidos, sendo que esse último passou a incluir a seção de Principais Assuntos de Auditoria, dentre outros parágrafos requeridos pela norma da mencionada autarquia.

Essas inclusões não resultaram em alterações no balanço patrimonial, bem como nas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa da Companhia, em relação, aos originalmente apresentados.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados de acordo com a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua (“moeda funcional”). As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

EPR Via Mineira S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Período de 20 de maio a 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.4 Uso de estimativas e julgamento

Na preparação destas demonstrações financeiras, a diretoria utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As informações sobre julgamentos e incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2024 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nos seguintes itens:

(i) Capitalização do ativo intangível

A capitalização em infraestrutura em construção e ativo intangível é o processo contábil no qual a Companhia registra como ativo no seu balanço patrimonial os custos relacionados à criação ou aquisição de bens intangíveis, como o direito de cobrança dos usuários das rodovias. Dessa forma, os custos diretamente atribuíveis ao desenvolvimento do ativo em questão são registrados inicialmente como valor do ativo, e amortizados ao longo de sua vida útil. Esse procedimento contábil permite que a companhia distribua os custos ao longo do tempo, refletindo melhor os benefícios econômicos gerados pelo intangível.

A Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da diretoria, substancialmente no que diz respeito à aplicação da interpretação de Contratos de Concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível e avaliação dos benefícios econômicos futuros, para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerados no contrato de concessão.

Os custos de empréstimos diretamente atribuídos à aquisição, construção ou produção de ativos intangíveis também são incorporados ao ativo da Companhia até que estejam prontos para o uso pretendido. Os ganhos obtidos com a aplicação temporária dos recursos provenientes de empréstimos específicos e que ainda não foram gastos com os ativos intangíveis devem ser deduzidos dos custos de empréstimos qualificados para capitalização. Há ainda, a capitalização dos custos com salários, encargos sociais e benefícios dos empregados diretamente envolvidos no desenvolvimento desses intangíveis.

(ii) Reconhecimento de amortização do ativo intangível

A Companhia realiza o reconhecimento da amortização dos ativos intangíveis através de projeção de curva de demanda estimada para o período de concessão, que se baseia na "curva de tráfego", que reflete a utilização estimada do ativo durante sua vida útil. A curva de tráfego descreve a intensidade com que o ativo será utilizado ao longo do tempo, sendo este o método que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

(iii) Receita de construção

O ICPC 01 – Contratos de Concessão estabelece que à medida em que a Companhia realiza a prestação de serviços de construção e/ou de melhoria em infraestrutura da rodovia, a mesma deve reconhecer uma receita de construção a valor justo de acordo com o CPC 47 – Receita de Contrato com o Cliente, e os

EPR Via Mineira S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Período de 20 de maio a 31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

custos correspondentes são registrados como despesas relativas ao serviço realizado. A Companhia entende que as contratações de serviços de construção são feitas a preços de mercado, razão pela qual não reconhece margem de lucro nas atividades de construção.

2.5 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto aqueles itens mensurados ao valor justo, conforme demonstrado na Nota 25.

3. Políticas contábeis materiais

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

3.1 Receitas de contratos com clientes

A Companhia reconhece suas receitas, pelo seu valor justo, à medida que satisfaz as obrigações de desempenho. As principais fontes de receita da Companhia estão descritas a seguir:

As receitas de pedágio são reconhecidas quando da utilização pelos usuários das rodovias e são líquidas da parcela do preço cobrado do usuário pertinente aos recursos vinculados da concessão.

As receitas acessórias são reconhecidas quando da prestação dos serviços.

Conforme definido no ICPC 01 (R1), quando a concessionária presta serviço de construção ou melhorias na infraestrutura, contabiliza receitas e custos relativos a estes serviços, com base no estágio da obra realizada. Essa receita é composta pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos financiamentos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem é próxima a zero.

Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização.

3.2 Instrumentos financeiros

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

Ativos financeiros

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios utilizado para a gestão desses ativos financeiros.

Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático, a Companhia

EPR Via Mineira S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Período de 20 de maio a 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” (também referido como teste de “SPPJ”) sobre o valor do principal em aberto. Essa avaliação é executada em nível de instrumento. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, ou mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

O modelo de negócios da Companhia para administrar ativos financeiros se refere a como ela gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos. Ativos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado são mantidos em plano de negócio com o objetivo de manter ativos financeiros de modo a obter fluxos de caixa contratuais enquanto ativos financeiros classificados e mensurados ao valor justo em contrapartida a outros resultados abrangentes são mantidos em modelo de negócio com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais e com o objetivo de venda.

As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado ou passivos financeiros ao custo amortizado, conforme apropriado.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

(ii) Mensuração subsequente

Ativos financeiros

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros da Companhia são classificados em duas categorias:

- Ativos financeiros ao custo amortizado;

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

- Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

São apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

EPR Via Mineira S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Período de 20 de maio a 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Passivos financeiros

Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros da Companhia são classificados na seguinte categoria:

- Passivos financeiros ao custo amortizado

Após o reconhecimento inicial são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram; ou
- A Companhia transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.

Quando a Companhia transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ela avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transfere o controle do ativo, a Companhia continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado.

Nesse caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidos pela Companhia.

Passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

EPR Via Mineira S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Período de 20 de maio a 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(iv) Compensação

Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

3.3 Infraestrutura e ativos intangíveis

A infraestrutura em construção representa os bens vinculados à concessão durante o período de construção ou de melhoria e, quando concluídos, são transferidos para a rubrica de “Ativo intangível”.

Ativos intangíveis adquiridos separadamente, como por exemplo Softwares, são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Para o âmbito da concessão, a infraestrutura referente ao contrato de concessão são registrados dentro do intangível da Companhia, visto que, o contrato de concessão prevê apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao Poder Concedente após o encerramento do respectivo contrato.

Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance da ICPC 01 (R1), a Companhia atua como prestadora de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo. A Companhia reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários pela prestação dos serviços públicos.

O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. E, também pode ser oriundo de pagamentos ao Poder Concedente em troca do direito de cobrar os usuários pela utilização da infraestrutura. Dispêndios adicionais na construção de obra que não geram benefício econômico futuro são registrados como despesa quando incorridos por não atenderem ao critério de reconhecimento de ativo.

Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil-econômica. Já, o direito de exploração é amortizado de acordo com o consumo da curva de benefício econômico esperada ao longo do prazo de concessão, através da projeção de curva de tráfego estimada. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo no fim de cada exercício social.

Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização desses ativos é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Um ativo intangível é desreconhecido no momento da sua venda (ou seja, a data em que o beneficiário obtém o controle do ativo relacionado) ou quando não são esperados benefícios econômicos futuros a partir de sua utilização ou venda. Eventual ganho ou perda resultante do desreconhecimento do ativo (a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é reconhecido na demonstração do resultado do exercício.

EPR Via Mineira S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Período de 20 de maio a 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.4 Ativos imobilizados

Computadores e periféricos e outras imobilizações são demonstrados ao custo, líquido de depreciação acumulada e perdas acumuladas por perda por redução ao valor recuperável, se houver. Esse custo inclui o custo de reposição do ativo imobilizado e custos de financiamentos para projetos de construção de longo prazo se os critérios de reconhecimento forem atendidos. Quando partes significativas do ativo imobilizado precisarem ser substituídas em intervalos, a Companhia as deprecia separadamente com base em sua vida útil específica. Da mesma forma, quando for realizada uma inspeção de grande porte, seu custo é reconhecido no valor contábil do ativo imobilizado como substituição, se os critérios de reconhecimento forem atendidos. Todos os demais custos de reparo e manutenção são reconhecidos no resultado, quando incorridos.

A depreciação é calculada com base no método linear ao longo da vida útil estimada dos ativos, conforme a seguir apresentado:

- Computadores e periféricos: de 5 a 15 anos.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido (por exemplo, na data que o recebedor obtém controle) ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício e ajustados de forma prospectiva quando for o caso

3.5 Capitalização de custos

Os custos de mão de obra diretamente atribuíveis à aquisição e/ou construção do ativo intangível, incluindo outros custos para colocar o ativo no local e em condições necessárias para que esses possam operar. Além disso, os custos das debêntures atribuíveis a infraestrutura em construção são capitalizados durante a fase de construção e/ou melhoria.

3.6 Fornecedores

Refere-se a obrigações a pagar de prestação de serviços, cauções contratuais, fornecimentos de materiais e insumos destinados predominante ao ativo fixo e aos gastos operacionais e administrativos da Companhia. .

3.7 Redução ao valor recuperável (impairment)

(i) Ativos financeiros não-derivativos

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e mensuram a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira. Nesse sentido, após três meses do não recebimento do crédito a Companhia realiza o reconhecimento da perda efetiva no resultado.

EPR Via Mineira S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Período de 20 de maio a 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (forward-looking).

A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando é pouco provável que o credor pague integralmente suas obrigações de crédito.

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber).

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 360 dias;
- Reestruturação de um valor devido em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da perda de crédito esperada no balanço patrimonial

A perda de crédito esperada para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

EPR Via Mineira S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Período de 20 de maio a 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte, sem expectativa de recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos. Para créditos baixados com perda, recuperados através de ações comerciais, eventuais descontos concedidos são reconhecidos no resultado financeiro.

Contas a receber e ativos contratuais

A Companhia determinou que a perda de crédito esperada é mensurada pela expectativa de perda futura através de padrões históricos de inadimplência.

As alterações de exposição da Companhia ao risco de crédito durante o exercício estão descritas na Nota 25.

(ii) Ativos não financeiros

Em cada data de reporte, a Companhia revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros (exceto, ativos contratuais e impostos diferidos) para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado.

3.8 Contratos de concessão de serviços - Direito de exploração de infraestrutura

A infraestrutura recebida e/ou construída pelo concessionário não é registrada como ativo imobilizado, porque o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. Os contratos preveem apenas acesso a esses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem acesso para operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente, nas condições previstas no contrato.

Nos termos dos contratos de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público e podendo operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante um determinado prazo.

EPR Via Mineira S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Período de 20 de maio a 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo seu valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível ou um ativo financeiro. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários dos serviços públicos. O concessionário reconhece um ativo financeiro na medida em que tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente pelos serviços de construção.

No caso da Companhia não está previsto no contrato de concessão qualquer remuneração ao final do prazo de exploração da infraestrutura, portanto nenhum ativo financeiro foi reconhecido nas demonstrações financeiras.

O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria e ampliação em troca do direito de cobrar os usuários pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem é próxima a zero.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com a curva de tráfego e pelo prazo da concessão, dos dois o menor.

3.9 Demais ativos circulantes e não circulante

São demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data do balanço.

3.10 Provisões

Uma provisão é reconhecida se, em função de um evento passado, a Companhia tiver uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

3.11 Capital social

(i) Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações, quando houver, serão reconhecidos como redução do patrimônio líquido.

3.12 Demais passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e cambiais incorridos até a data do balanço.

EPR Via Mineira S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Período de 20 de maio a 31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.13 Benefícios a empregados

Benefício de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensurados em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço correspondente seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tiver uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

3.14 Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras, juros e multa recebidos ou auferidos, descontos financeiros obtidos e ajuste a valor presente de ativos e passivos. As despesas financeiras abrangem despesas com juros e encargos sobre empréstimos, financiamento e debêntures, juros sobre atraso em pagamentos, despesas com IOF, impostos sobre receita financeira (PIS/COFINS), descontos concedidos, despesas e comissões bancárias, ajuste a valor presente de ativos e passivos. Custos da dívida que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado por meio do método de juros efetivos.

3.15 Imposto de renda e contribuição social

(i) Lucro real

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para Imposto de Renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

(ii) Imposto corrente

O imposto corrente é o imposto a pagar esperado sobre o lucro tributável do exercício, as taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras da Companhia e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

(iii) Imposto diferido

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício diferidos são reconhecidos tendo como base as diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos e aos valores utilizados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

EPR Via Mineira S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Período de 20 de maio a 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo fiscal diferido venha a ser utilizado. Ativos fiscais diferidos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos fiscais diferidos sejam recuperados.

As despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social descritas acima, compreendem o Imposto de Renda e Contribuição Social correntes e diferidos que são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou aos itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(iv) Exposições fiscais

Na determinação do imposto de renda a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas a posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros tenha que ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada para com relação ao exercício fiscal em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das Leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas o que levaria a Companhia mudarem os seus julgamentos quanto à adequação da provisão existente. Tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados, limitando-se utilização, a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais.

3.16 Tributos sobre prestações de serviços

Para o PIS e COFINS, a Companhia é enquadrada no regime não cumulativo, porém, para concessionárias de rodovias, as alíquotas aplicáveis são aquelas do regime cumulativo, dessa forma, para as receitas operacionais são calculados com base nas alíquotas de 0,65% e 3%, para o PIS e COFINS, respectivamente. Para as receitas financeiras, são calculados com base nas alíquotas de 0,65% e 4%, para PIS e COFINS, respectivamente. Com relação ao ISS, as alíquotas aplicáveis variam entre 2% e 5% a depender do município da prestação de serviço.

3.17 Resultado por ação

O Resultado por ação básico é calculado dividindo-se o lucro líquido do exercício atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia pela média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação durante o exercício.

EPR Via Mineira S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Período de 20 de maio a 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O Resultado por ação diluído é calculado dividindo-se o lucro líquido do exercício atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia pela média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação durante o exercício, ajustada por todas as potenciais ações ordinárias com efeito de diluição.

3.18 Demonstração do valor adicionado

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e suas distribuições durante determinado exercício e é apresentada pela Companhia como parte integrante das demonstrações financeiras.

3.19 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

3.20 Arrendamentos

A Companhia avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

Passivos de arrendamento

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a taxa de juros que a Companhia teria que pagar ao pedir emprestado, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar, porque a taxa de juros implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

EPR Via Mineira S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Período de 20 de maio a 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor

A Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo de máquinas e equipamentos (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos de equipamentos de escritório considerados de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

3.21 Questões climáticas

A Companhia considera questões climáticas em estimativas e pressupostos, quando apropriado. Essa avaliação inclui uma ampla gama de possíveis impactos no grupo devido a riscos tanto físicos quanto de transição. Mesmo que a Companhia acredite que seu modelo de negócios e serviços ainda serão viáveis após a transição para uma economia de baixo carbono, questões climáticas aumentam a incerteza nas estimativas e pressupostos subjacentes a vários itens nas demonstrações financeiras. Mesmo que os riscos relacionados às mudanças climáticas atualmente possam não ter um impacto significativo na mensuração, a Companhia está monitorando de perto mudanças e desenvolvimentos relevantes, como novas legislações relacionadas às mudanças climáticas.

3.22 Eventos após o período do relatório

Se a Companhia receber informações após o período de relatório, mas antes da data de autorização para emissão, sobre condições que existiam no final do período de relatório, ele avaliará se as informações afetam os valores reconhecidos em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. A Companhia ajustará os valores reconhecidos em suas demonstrações financeiras para refletir quaisquer eventos de ajuste após o período de relatório e atualizará as divulgações relacionadas a essas condições à luz das novas informações. Para eventos que não originam ajustes após o período de relatório, a Companhia não alterará os valores reconhecidos em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, mas divulgará a natureza do evento que não origina ajustes e uma estimativa de seu efeito financeiro, ou uma declaração de que tal estimativa não pode ser feita, se aplicável.

3.23 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2024

A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações que são válidas para exercícios anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2024 (exceto quando indicado de outra forma). A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

- Alterações ao IFRS 16: Passivo de locação em um *Sale and Leaseback* (Transação de venda e retroarrendamento) – Especificação de requisitos que um vendedor-arrendatário utiliza na mensuração da responsabilidade de locação decorrente de uma transação de venda e arrendamento de volta, a fim de garantir que o vendedor-arrendatário não reconheça qualquer quantia do ganho ou perda que se relaciona com o direito de uso que ele mantém (equivale ao CPC 06);

EPR Via Mineira S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Período de 20 de maio a 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante – Especificação dos requisitos de classificação de passivos como circulante ou não circulante e introdução de uma exigência de divulgação quando um passivo decorrente de um contrato de empréstimo é classificado como não circulante e o direito da entidade de adiar a liquidação depende do cumprimento de covenants futuros dentro de doze meses (equivale ao CPC 26 (R1)); e
- Alterações ao IAS 7 e IFRS 7: Acordos de financiamento de fornecedores – Esclarecimento das características de acordos de financiamento de fornecedores e exigência de divulgações adicionais desses acordos com o objetivo de auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreender os efeitos dos acordos de financiamento com fornecedores nas obrigações, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade (equivale ao CPC 40 (R1)).

Estas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

3.24 Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

- IFRS 18: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras

Em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substitui o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação de Demonstrações Financeiras). O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novas.

A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras com base nas “funções” identificadas das demonstrações financeiras primárias (primary financial statements (PFS)) e das notas explicativas.

Além disso, alterações de escopo restrito foram feitas ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa), que incluem a alteração do ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de “lucro ou prejuízo do período” para “lucro ou prejuízo operacional” e a remoção da opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros. Além disso, há alterações consequentes em vários outros padrões.

O IFRS 18 e as alterações nas outras normas são entrarão em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com a aplicação antecipada permitida e devendo ser divulgada, embora no Brasil a adoção antecipada não seja permitida. O IFRS 18 será aplicado retrospectivamente.

A Companhia está atualmente trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras primárias e notas explicativas às demonstrações financeiras.

EPR Via Mineira S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Período de 20 de maio a 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- IFRS 19: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações

Em maio de 2024, o IASB emitiu o IFRS 19, que permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS. Para ser elegível, no final do período de relatório, uma entidade deve ser uma controlada conforme definido no IFRS 10 (CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas), não pode ter responsabilidade pública e deve ter uma controladora (final ou intermediária) que prepare demonstrações financeiras consolidadas, disponíveis para uso público, que estejam em conformidade com os padrões contábeis IFRS.

O IFRS 19 entrará em vigor para períodos de relatório iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com aplicação antecipada permitida.

Como os instrumentos patrimoniais da Companhia são negociados publicamente, ele não é elegível para pela aplicação do IFRS 19.

- Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto e a ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial

Em setembro de 2024, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu alterações ao Pronunciamento Técnico CPC 18 (R3) e à Interpretação Técnica ICPC 09 (R3), com o objetivo de alinhar as normativas contábeis brasileiras com os padrões internacionais emitidos pelo IASB.

A atualização do Pronunciamento Técnico CPC 18 contempla a aplicação do método da equivalência patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas Demonstrações Contábeis Individuais, refletindo a alteração nas normas internacionais que agora permitem essa prática nas Demonstrações Contábeis Separadas. Essa convergência harmoniza as práticas contábeis adotadas no Brasil com as internacionais, sem gerar impactos materiais em relação à norma atualmente vigente, concentrando-se apenas em ajustes de redação e na atualização das referências normativas.

A ICPC 09, por sua vez, não tem correspondência direta com normas do IASB e por consequência estava desatualizada, exigindo alterações para alinhar sua redação a fim de ajustá-lo a atualizações posteriores a sua emissão e atualmente observadas nos documentos emitidos pelo CPC.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025.

Tais alterações, não irão exercer um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia.

- Alterações ao CPC 02 (R2) – Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade

Em setembro de 2024, O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), emitiu a Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 27, que contempla alterações trazidas pelo Lack of Exchangeability emitido pelo IASB, com alterações no Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e no CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade.

EPR Via Mineira S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Período de 20 de maio a 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As alterações buscam definir o conceito de moeda conversível e orientam sobre os procedimentos para moedas não conversíveis, determinando que a conversibilidade deve ser avaliada na data de mensuração com base no propósito da transação. Caso a moeda não seja conversível, a entidade deve estimar a taxa de câmbio que reflita as condições de mercado. Em situações com múltiplas taxas, deve-se utilizar a que melhor represente a liquidação dos fluxos de caixa. O pronunciamento também destaca a importância das divulgações sobre moedas não conversíveis, para que os usuários das demonstrações contábeis compreendam os impactos financeiros, riscos envolvidos e critérios utilizados na estimativa da taxa de câmbio. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025.

Tais alterações, não irão exercer um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2024</u>
Numerários em trânsito	152
Caixa e contas bancárias	565
Aplicações financeiras	154.037
Total	<u>154.754</u>

As aplicações financeiras correspondem a títulos lastreados em CDB e compromissadas, considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa, os quais são registrados pelo valor justo por meio de resultado, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços. A rentabilidade é de 100,3% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) em 31 de dezembro de 2024.

5. Contas a receber

	<u>2024</u>
Pedágio eletrônico a receber	23.656
Total	<u>23.656</u>

A Companhia faz uma avaliação mensal de seus títulos vencidos e reconhece estimativa para perda de crédito esperado a medida que se torne improvável o seu recebimento. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia reconheceu R\$ 184 (Nota 21) como perdas de créditos efetivas, referentes a títulos vencidos há mais de 3 meses. Os demais títulos vencidos possuíam perspectiva de recuperação no curto prazo, dessa forma, não houve a constituição de provisão para perda de crédito esperada sobre esse contas a receber.

EPR Via Mineira S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Período de 20 de maio a 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O aging do contas a receber em 31 de dezembro de 2024 é evidenciado no quadro abaixo:

	<u>2024</u>
A vencer	23.595
Vencidos	
Até 1 mês	21
De 1 a 3 meses	40
Total	<u>23.656</u>

6. Valores a receber do poder concedente

	<u>2024</u>
Desconto de usuário frequente (“DUF”) (Nota 23)	1.177
Total	<u>1.177</u>

O DUF é um benefício para usuários que trafegam frequentemente em rodovias pedagiadas, aplicável para veículos da Categoria 1 (automóvel, caminhonete e furgão), Categoria 3 (automóvel e caminhonete com semirreboque) e Categoria 5 (automóvel e caminhonete com reboque) que utilizam o Sistema de Cobrança Eletrônica. O desconto é concedido com base na frequência de utilização mensal de cada praça de pedágio e mensurado pela Companhia, conforme regras previstas no contrato de concessão. No primeiro ano de concessão, o reembolso será pago pelo poder concedente no ano subsequente à apuração anual realizada pela Companhia. Após o primeiro ano de concessão, o reembolso será pago pelo poder concedente no ano apuração mensal realizada pela Companhia

No período findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia registrou somente adições a título de DUF, não recebendo nenhum reembolso durante o período.

EPR Via Mineira S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Período de 20 de maio a 31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Imposto de renda e contribuição social

a) Conciliação entre a taxa efetiva e nominal do imposto de renda e a contribuição social

A reconciliação entre a taxa efetiva e a taxa nominal do imposto de renda e da contribuição social na demonstração do resultado do período de 20 de maio a 31 de dezembro de 2024 é como segue:

	<u>2024</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	100.343
Alíquota vigente	34%
Imposto de renda e contribuição social, de acordo com a alíquota vigente	<u>(34.117)</u>
Ajustes para alíquota efetiva	
Incentivos fiscais	1.127
Adições/exclusões permanentes	(79)
Total	<u>(33.069)</u>
Imposto de renda e contribuição social:	
Correntes	(34.873)
Diferidos	1.804
Total	<u>(33.069)</u>
Alíquota efetiva de impostos	<u>33%</u>

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de contas do resultado e seus respectivos registros contábeis pelo regime de competência.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte composição:

	<u>2024</u>
Ativo fiscal diferido	
Provisão para fornecedores	633
Provisão para participação nos lucros	523
Arrendamento mercantil	309
Credores pela concessão	276
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	16
Outros ativos diferidos	47
Ativo fiscal diferido líquido	<u>1.804</u>

EPR Via Mineira S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Período de 20 de maio a 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Recursos vinculados

A retenção do recurso vinculado aplicado em conta reserva é correspondente a 3% da receita tarifária arrecadada. O saldo em 31 de dezembro de 2024 é referente aos depósitos realizados no período.

	<u>2024</u>
Saldo no início do período	-
(+) Depósitos do período	4.139
(+) Rendimento de recursos vinculados	42
(+) Provisão sobre valores não recebidos (a)	732
Saldo no final do período	<u><u>4.913</u></u>

(a) Refere-se a 3% sobre as contas a receber em aberto em 31 de dezembro de 2024.

9. Direito de uso e arrendamento mercantil a pagar

a) Direito de uso de arrendamento

A movimentação do ativo direito de uso da Companhia em 31 de dezembro de 2024 é evidenciada no quadro abaixo:

	<u>Guinchos (a)</u>	<u>Atendimento pré-hospitalar (b)</u>	<u>Imóveis (c)</u>	<u>Total</u>
<u>Custo do direito de uso</u>				
Saldo em 20 de maio de 2024	-	-	-	-
(+) Adições	16.969	5.128	4.759	26.856
Saldo em 31 de dezembro de 2024	<u><u>16.969</u></u>	<u><u>5.128</u></u>	<u><u>4.759</u></u>	<u><u>26.856</u></u>
<u>Amortização acumulada</u>				
Saldo em 20 de maio de 2024	-	-	-	-
(-) Amortização	(1.131)	(342)	(159)	(1.632)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	<u><u>(1.131)</u></u>	<u><u>(342)</u></u>	<u><u>(159)</u></u>	<u><u>(1.632)</u></u>
<u>Direito de uso líquido</u>				
Saldo em 31 de dezembro de 2024	15.838	4.786	4.600	25.224
Taxa de amortização – a.a.	<u>20%</u>	<u>20%</u>	<u>10%</u>	

(a) Refere-se à locação de guinchos para operação na rodovia.

(b) Refere-se à locação de ambulâncias para atendimento pré-hospitalar.

(c) Refere-se à locação de sedes administrativas.

EPR Via Mineira S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Período de 20 de maio a 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Passivo de arrendamento

A movimentação do passivo de arrendamento da Companhia em 31 de dezembro de 2024 é evidenciada no quadro abaixo:

	<u>2024</u>
Saldo no início do período	-
(+) Adições	26.856
(+) Ajuste a valor presente (Nota 22)	1.062
(-) Pagamentos	(2.204)
Saldo no final do período	<u><u>25.714</u></u>
Circulante	3.791
Não Circulante	21.923

Em seu reconhecimento inicial os arrendamentos mercantis são mensurados pelo valor presente dos pagamentos considerando a taxa de 13,38% a.a., em 31 de dezembro de 2024, o ajuste a valor presente totalizava R\$ 10.393.

Abaixo é demonstrado o passivo de arrendamento não circulante, por ano de vencimento:

	<u>2024</u>
2026	4.298
2027	4.873
2028	5.525
2029	4.238
2030	490
Após 2030	2.499
Total	<u><u>21.923</u></u>

Abaixo são demonstrados os impactos na mensuração e remensuração do direito de uso e do passivo de arrendamento, ao considerar em sua estimativa a inflação futura projetada nos fluxos a serem descontados, considerando a inflação média de 12,25% a.a., similar aos valores considerados na taxa de juros incremental utilizada para desconto a valor presente.

EPR Via Mineira S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Período de 20 de maio a 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2024	2025	2026	2027	2027 em diante
Fluxo real (contabilizado)					
Direito de uso em arrendamentos	26.856	25.224	20.329	15.434	10.539
(-) Amortização	(1.632)	(4.895)	(4.895)	(4.895)	(10.539)
	25.224	20.329	15.434	10.539	-
Passivo de arrendamento	26.856	25.714	21.923	17.624	12.751
(-) Encargos financeiros	(1.142)	(3.791)	(4.299)	(4.873)	(12.751)
	25.714	21.923	17.624	12.751	-
Fluxo nominal					
Direito de uso em arrendamentos	30.146	28.314	22.819	17.324	11.829
(-) Amortização	(1.832)	(5.495)	(5.495)	(5.495)	(11.829)
	28.314	22.819	17.324	11.829	-
Passivo de arrendamento	30.146	28.864	24.609	19.785	14.314
(-) Encargos financeiros	(1.282)	(4.255)	(4.824)	(5.471)	(14.314)
	28.864	24.609	19.785	14.314	-

10. Imobilizado

	Computadores e periféricos	Imobilizado em andamento	Total
Custo do imobilizado			
Saldo em 20 de maio de 2024	-	-	-
(+) Adições	4.201	5	4.206
Saldo em 31 de dezembro de 2024	4.201	5	4.206
Depreciação acumulada			
Saldo em 20 de maio de 2024	-	-	-
(-) Depreciação	(87)	-	(87)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(87)	-	(87)
Imobilizado líquido			
Saldo em 31 de dezembro de 2024	4.114	5	4.119
Taxa de depreciação - a.a.	20%	-	

EPR Via Mineira S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Período de 20 de maio a 31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Infraestrutura em construção

	<u>Intangível em andamento (a)</u>	<u>Adiantamentos a fornecedores</u>	<u>Total</u>
Saldo em 20 de maio de 2024	-	-	-
(+) Adições	95.996	793	96.789
(-) Transferências para ativo intangível (Nota 12)	(5.759)	-	(5.759)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	<u>90.237</u>	<u>793</u>	<u>91.030</u>

(a) Refere-se principalmente a obras nos pavimentos com o objetivo restabelecer níveis de serventia mínimos, definido pelos parâmetros de desempenho, reparo e substituição de placas danificadas, de modo a atender os limites estabelecidos para os parâmetros de desempenho.

A Companhia, em 31 de dezembro de 2024, estava atendendo o escopo de trabalhos iniciais conforme o Programa de Exploração da Rodovia (“PER”), sendo este composto pelo conjunto de obras e serviços que tem por objetivo a eliminação dos problemas que impliquem em riscos pessoais e materiais iminentes, provendo os requisitos mínimos de segurança e conforto aos usuários. A expectativa de conclusão dessa etapa é maio/2025.

12. Intangível

	<u>Intangível em rodovias – obras e serviços (a)</u>	<u>Software</u>	<u>Total</u>
<u>Custo do intangível</u>			
Saldo em 20 de maio de 2024	-	-	-
(+) Adições	-	380	380
(+) Transferências de infraestrutura em construção (Nota 11)	5.759	-	5.759
Saldo em 31 de dezembro de 2024	<u>5.759</u>	<u>380</u>	<u>6.139</u>
<u>Amortização acumulada</u>			
Saldo em 20 de maio de 2024	-	-	-
(-) Amortização	(128)	(21)	(149)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	<u>(128)</u>	<u>(21)</u>	<u>(149)</u>
<u>Intangível líquido</u>			
Saldo em 31 de dezembro de 2024	5.631	359	5.990
Taxa anual média de amortização - a.a.	<u>3,23%</u>	<u>20%</u>	

(b) Refere-se a obras e serviços realizados nas rodovias, tais como pavimentação, marginais, acostamentos, canteiros centrais, praças de pedágio, obras de arte especiais, terraplenagem, implantação de sistema de arrecadação e monitoramento de tráfego, sinalização e outros, sendo amortizados pela curva de tráfego até o final do período da concessão.

Os itens de ativo intangível que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores a seus valores recuperáveis são revisados detalhadamente para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor recuperável. A Companhia concluiu que não há nenhum indicativo adicional que levasse à necessidade de constituição de provisão para *impairment* dos ativos intangíveis em 31 de dezembro de 2024.

EPR Via Mineira S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Período de 20 de maio a 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Partes relacionadas

No período findo em 31 de dezembro de 2024, os saldos com partes relacionadas referem-se às transações demonstradas no quadro abaixo, que foram realizadas de acordo com as condições acordadas entre as partes.

	<u>2024</u>
Ativo circulante	
<u>Partes relacionadas</u>	
EPR Litoral Pioneiro S.A (a)	719
Concessionária Rodovias do Café SPE S.A. (a)	198
Concessionária Rodovias do Sul de Minas SPE S.A. (a)	28
Total	<u><u>945</u></u>
Passivo circulante	
<u>Partes relacionadas</u>	
EPR Participações S.A. (anteriormente EPR 2 Participações S.A.) (a)	825
Concessionária Rodovias do Sul de Minas SPE S.A. (a)	36
Concessionária Rodovias do Café SPE S.A. (a)	23
Concessionária Rodovias do Triângulo SPE S.A. (a)	15
	<u>899</u>
<u>Dividendos a pagar</u>	
EPR Infraestrutura MG S.A.	15.977
Total	<u><u>16.876</u></u>

- (a) Refere-se ao rateio de despesas entre empresas do mesmo grupo econômico, firmado em contrato assinado em 29 de julho de 2024, com o objetivo de realizar o rateio de estruturas e atividades administrativas comuns entre as partes e respectivos gastos, relativos aos departamentos e atividades, incluindo: (i) administração de pessoas; (ii) financeiro e contabilidade; (iii) compras corporativas e suprimentos (serviços e materiais); (iv) tecnologia da informação; (v) compliance e integridade; (vi) jurídico e regulatório; (vii) comunicação; e (viii) segurança, saúde e meio ambiente (SSMA).

Durante o período findo em 2024, a Companhia realizou transações de compartilhamento de despesas administrativas com empresas do mesmo grupo econômico com efeito caixa líquido de um desembolso de R\$ 3.464.

	<u>Ativo</u>	<u>Passivo</u>
Saldo em 20 de maio de 2024	-	-
(+) Compartilhamento de custos	1.988	5.406
(-) Pagamentos / recebimentos financeiros	(1.043)	(4.507)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	<u><u>945</u></u>	<u><u>899</u></u>

EPR Via Mineira S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Período de 20 de maio a 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Remuneração da administração

No período findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia reconheceu o montante de R\$ 997 referente à remuneração dos administradores. Os administradores estão sujeitos a remuneração por participação nos resultados de acordo com suas métricas. Os administradores não obtiveram empréstimos à Companhia, tampouco possuem benefícios indiretos, benefícios pós-emprego, benefícios de rescisão de contrato de trabalho e remuneração baseada em ações.

14. Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2024, o valor refere-se a fornecedores e prestadores de serviços, além de cauções contratuais de fornecedores e prestadores de serviços registrados de acordo com as condições estabelecidas em contrato. Esses saldos estão relacionados predominantemente à concessão e incluem gastos com itens relacionados a operação e infraestrutura da Companhia, bem como execução de obras na rodovia.

	<u>2024</u>
Fornecedores operacionais	33.845
Total	<u>33.845</u>

15. Obrigações sociais

	<u>2024</u>
Provisão para participação nos lucros	1.537
Provisão para férias e 13º salário	1.013
Salários e encargos sociais	819
Total	<u>3.369</u>

16. Obrigações fiscais

	<u>2024</u>
Impostos sobre serviços – ISS	1.847
Contribuição social sobre o lucro líquido – CSLL	1.082
Imposto de renda pessoa jurídica – IRPJ	1.061
Contribuição para financiamento da seguridade social – COFINS	1.060
Instituto Nacional do Seguro Social – INSS	498
Programa de integração social – PIS	225
Imposto de renda retido na fonte – IRRF	180
Tributos federais retidos	564
Total	<u>6.517</u>

EPR Via Mineira S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Período de 20 de maio a 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Credores pela concessão

	<u>2024</u>
Verba de segurança no trânsito (a)	166
Recurso para desenvolvimento tecnológico (b)	525
Recursos vinculados (c)	4.936
Mecanismo de demanda – Banda Contratual (d)	811
Verba de fiscalização (e)	713
Total	<u>7.151</u>
Circulante	1.404
Não Circulante	5.747

- (a) Em conformidade com as disposições do contrato de concessão, a Companhia mantém provisionada a verba de segurança no trânsito, conforme determinado pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT”). Esta verba será utilizada exclusivamente para financiar programas de prevenção de acidentes, educação no trânsito e comunicação. A ANTT definirá a forma e o momento em que a Companhia deverá disponibilizar os recursos anuais para a segurança no trânsito.
- (b) Em conformidade com as disposições do contrato de concessão, durante todo o período da concessão a Companhia deverá destinar anualmente recursos a projetos e estudos que visem ao desenvolvimento tecnológico, relativos ao objeto da concessão. Os produtos e estudos decorrentes da aplicação dos recursos serão considerados bens da concessão. A ANTT poderá indicar temática a ser desenvolvida com os recursos para desenvolvimento tecnológico.
- (c) Conforme estabelecido no contrato de concessão, os recursos vinculados são um mecanismo de proteção da concessão mantido ao longo de todo contrato de concessão em aplicação financeira de movimentação exclusiva autorizada pelo poder concedente. O saldo é referente à obrigação de 3% sobre a receita de serviços prestados.

Conforme decisão do poder concedente, a utilização será destinada exclusivamente às seguintes finalidades:

- i. Compensações decorrentes do desconto de usuário frequente;
- ii. Recomposições do equilíbrio econômico-financeiro da concessão; e
- iii. Pagamento de indenizações em função da extinção da concessão.

É vedado à Companhia a utilização dos valores para lastrear a prestação de fiança, aval ou qualquer outra forma de garantia. Havendo saldo remanescente na aplicação financeira no fim do contrato de concessão, o montante será transferido à conta única do tesouro.

- (d) O mecanismo de compartilhamento do risco de demanda é um instrumento contratual que busca mitigar os impactos financeiros decorrentes da variação do tráfego estimado. Esse mecanismo opera dentro de uma banda de variação predefinida, sendo aplicável tanto para redução quanto para aumento do tráfego em relação aos valores de referência. Caso o tráfego real acumulado fique abaixo do limite mínimo estabelecido, a Companhia poderá ser compensada financeiramente. Da mesma forma, caso o tráfego exceda o limite máximo, a Companhia deverá compartilhar os ganhos com o poder concedente. As obrigações de investimentos e serviços da concessionária não são afetadas pela aplicação do mecanismo, que é apurado periodicamente e submetido à validação da ANTT.
- (e) Em conformidade com as disposições do contrato de concessão, a Companhia deverá recolher em favor da ANTT a verba de fiscalização destinada à cobertura das despesas de fiscalização da concessão.

EPR Via Mineira S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Período de 20 de maio a 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A movimentação de credores pela concessão em 31 de dezembro de 2024 é evidenciada no quadro abaixo:

	<u>2024</u>
Saldo no início do período	-
(+) Custo da concessão (Nota 21)	4.143
(+) Provisão de banda contratual (Nota 21)	811
(+) Provisão de recursos vinculados	4.894
(+) Rendimento de recursos vinculados	42
(-) Pagamentos	(2.739)
Saldo no final do período	<u><u>7.151</u></u>

18. Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais

Processos com perda possível

A Companhia é ré em causas com prognósticos de perda possível que, em 31 de dezembro de 2024, totalizam R\$ 150. Estas causas judiciais estão relacionadas a discussões relacionadas ao atendimento a parâmetros contratuais, bem como indenização por responsabilidade civil e outros, de menor valor individual, de naturezas diversas.

19. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 20 de maio de 2024, a Companhia foi constituída com a subcrição de 100 (cem) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, emitidas por R\$ 1,00 (um real) por ação, perfazendo o total de R\$ 100,00 (cem reais), e a integralização do valor total dessas ações pelos acionistas.

Em 11 de junho de 2024, foram subscritas 340.000.000 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, emitidas por R\$ 1,00 (um real) por ação, perfazendo o total de R\$ 340.000. O valor parcialmente integralizado no capital social foi de R\$ 173.000.

<u>2024</u>				
<u>Sócios</u>	<u>Tipo de ação</u>	<u>Quantidade de ações</u>	<u>RS</u>	<u>%</u>
EPR Infraestrutura MG S.A	Ordinária	340.000.100	173.000	100,00%

Conforme definido no contrato da concessão, o restante do valor a integralizar deve ser aportado até 04 de julho de 2025, 12 meses após o início das operações.

EPR Via Mineira S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Período de 20 de maio a 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Reserva legal

O estatuto social da Companhia prevê que do lucro líquido anual serão deduzidos 5% para constituição de reserva legal, a qual não poderá exceder 20% do capital social. As utilizações possíveis dessa reserva estão constituídas no artigo 200 da Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76). Em 31 de dezembro de 2024 a reserva de capital correspondia a R\$ 3.364.

c) Dividendos

De acordo com o estabelecido no estatuto social da Companhia, o dividendo mínimo obrigatório é de 25% sobre o lucro líquido ajustado, em conformidade com o artigo 202 da Lei nº 6.404/76. A base de cálculo para os dividendos mínimos obrigatórios está assim composta:

	<u>2024</u>
Lucro líquido do período	67.274
(-) Destinação para a reserva legal	(3.364)
Lucro ajustado	<u>63.910</u>
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	15.977

20. Receita operacional líquida

	<u>2024</u>
Receitas operacionais	
Receita de serviços prestados	158.238
Receita de serviços de construção	95.996
Receita bruta	<u>254.234</u>
Deduções da receita	
Tributos sobre receita de serviços prestados	(13.504)
Receita operacional líquida	<u>240.730</u>

EPR Via Mineira S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Período de 20 de maio a 31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. Custos e despesas por natureza

	<u>2024</u>
Custos e despesas	
Custo de serviços de construção	(95.996)
Serviço de terceiros	(21.886)
Com pessoal	(13.636)
Custo da concessão (Nota 17)	(4.954)
Seguros e garantias	(1.909)
Depreciação e amortização	(1.868)
Combustíveis e lubrificantes	(1.677)
Aluguéis	(1.265)
Perdas de arrecadação (Nota 5)	(184)
Outros	(4.446)
Total	<u>(147.821)</u>
Custo dos serviços prestados	(122.942)
Despesas gerais e administrativas	(24.879)

22. Resultado financeiro

	<u>2024</u>
Receitas financeiras	
Aplicações financeiras	7.969
Outras receitas financeiras	3
Total	<u>7.972</u>
Despesas financeiras	
Ajuste a valor presente (Nota 9)	(1.062)
Encargos financeiros	(280)
Impostos sobre receitas financeiras	(373)
Total	<u>(1.715)</u>
Resultado financeiro	<u>6.257</u>

23. Outras receitas e despesas

	<u>2024</u>
Desconto de usuário frequente (Nota 6)	1.177
Total	<u>1.177</u>

EPR Via Mineira S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Período de 20 de maio a 31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

24. Resultado por ação

	<u>2024</u>
Resultado atribuível aos detentores das ações ordinárias	67.274
Média ponderada das ações ordinárias	156.159
Resultado básico e diluído por ação – R\$	<u>0,4308</u>

25. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

a) Visão Geral

A Companhia está exposta aos seguintes riscos:

Risco de crédito; Risco de liquidez; Risco de taxa de juros; Risco de mercado; e Risco regulatório

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia sobre cada um dos riscos supramencionados e processos de mensuração e gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital da Companhia.

Estrutura de gerenciamento de risco

A diretoria é responsável pelo acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia, e os gestores de cada área se reportam regularmente à diretoria sobre as suas atividades.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia foram estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas de risco e sistemas são revistas regularmente para refletirem mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia, por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento busca desenvolver um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

b) Risco de crédito

A Companhia visando minimizar os riscos de créditos atrelados as instituições financeiras, procura diversificar suas operações em instituições de primeira linha.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima ao risco de crédito como segue:

	<u>2024</u>
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	154.754
Contas a receber (Nota 5)	23.656
Valores a receber do poder concedente (Nota 6)	1.177
Partes relacionadas (Nota 13)	945
Recursos vinculados (Nota 8)	4.913
Total	<u>185.445</u>

EPR Via Mineira S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Período de 20 de maio a 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

c) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas a seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações nos vencimentos, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

Adicionalmente, são analisados periodicamente mecanismos e ferramentas que permitam captar recursos de forma a reverter posições que poderiam prejudicar a liquidez da Companhia.

A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas, empréstimos bancários e debêntures.

	Até 1 ano	1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Fornecedores (Nota 14)	33.845	-	-	33.845
Arrendamento mercantil a pagar (Nota 9)	3.791	18.934	2.989	25.714
Partes relacionadas (Nota 13)	899	-	-	899
Credores pela concessão (Nota 17)	1.404	811	4.936	7.151
Dividendos a pagar (Nota 19)	15.977	-	-	15.977
Total	55.916	20.235	7.435	83.586

d) Risco de taxa de juros

A Companhia está exposta a riscos e oscilações de taxas de juros em suas aplicações financeiras.

Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros era:

Operação	Exposição	Risco	Taxa de Juros	Cenário I (provável)	Cenário II (+ 25%)	Cenário III (+50%)	Cenário IV (- 25%)	Cenário V (- 50%)
Ativo financeiro								
Aplicações financeiras (Nota 4)	154.037	Variação CDI	12,25%	18.870	23.587	28.304	14.152	9.435

A diretoria da Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos. Para a análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros, a diretoria adotou para o cenário provável para os próximos 12 meses as mesmas taxas utilizadas na data das demonstrações financeiras. Os cenários II e III foram estimados com uma valorização adicional de 25% e 50% respectivamente para os próximos 12 meses, já os cenários IV e V estimam uma desvalorização adicional de 25% e 50%, respectivamente para os próximos 12 meses, das taxas no cenário provável.

EPR Via Mineira S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Período de 20 de maio a 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

e) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

f) Risco regulatório

O contrato de concessão estabelece um rol não exaustivo de obrigações do poder concedente e da Companhia, incluindo o regramento específico sobre a alocação de riscos entre a Companhia e poder concedente. Considera-se desequilibrado o contrato de concessão quando qualquer das partes sofrer os efeitos, positivos ou negativos, decorrentes de evento cujo risco não tenha sido a ela alocado, que comprovadamente promova desbalanceamento da equação econômico-financeira do contrato. Isso significa que eventuais impactos aos resultados da Companhia em virtude de descumprimento de obrigações contratuais do poder concedente e/ou de materialização de riscos a ele alocados poderão ensejar compensações à Companhia pelos meios de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro previstos no contrato - como a alteração do valor das tarifas, ajustes nos investimentos previstos, extensão do prazo da concessão, dentre outras formas, inclusive, a combinação dos referidos mecanismos de compensação.

O inadimplemento de obrigações contratuais ordinárias, inclusive de natureza financeira (contraprestações e aportes), por parte do poder concedente, especialmente no caso de contratos de parceria público-privada, poderá impedir o cumprimento integral dos compromissos contratuais da Companhia, inclusive os de natureza financeira, e causar diminuição de receita, acréscimo de custos, diminuição ou a perda de lucros. No caso de inadimplemento do contrato de concessão pelo poder concedente, a Companhia poderá recorrer aos mecanismos de solução de controvérsias do contrato de concessão, que incluem instauração de arbitragem ou, em se tratando de direito indisponível, acionamento do poder judiciário, para pleitear a defesa de seus direitos. A Companhia poderá, ainda, apresentar ação judicial de rescisão do contrato de concessão, com fundamento no art. 39 da lei nº 8.987/1995, em razão de descumprimento das normas contratuais pelo poder concedente, hipótese em que os serviços prestados pela concessionária não poderão ser interrompidos ou paralisados, até a decisão judicial transitada em julgado. No caso de rescisão, a concessionária terá direito à indenização pelos investimentos em bens reversíveis não amortizados ou depreciados até o momento da extinção contratual. Não há como garantir que os processos arbitrais ou judiciais serão julgados favoravelmente à Companhia, ou que as respectivas decisões serão proferidas e/ou executadas em tempo hábil a fim de evitar impactos materiais adversos na concessão, tampouco que a indenização será suficiente para compensar integralmente os investimentos em bens reversíveis não amortizados ou depreciados.

EPR Via Mineira S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Período de 20 de maio a 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

g) Gerenciamento do capital

A gestão de capital da Companhia é feita para equilibrar as fontes de recursos próprias e terceiras, balanceando o retorno e o risco para quotistas e credores.

	<u>2024</u>
Fornecedores (Nota 14)	33.845
Arrendamento mercantil a pagar (Nota 9)	25.714
Credores pela concessão (Nota 17)	7.151
(-) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	(154.754)
Caixa líquido de dívidas	<u>(88.044)</u>

Classificação e valor justo dos instrumentos financeiros

No quadro a seguir, apresentamos os valores contábeis e justos, bem como a classificação e a hierarquia dos instrumentos financeiros:

		<u>2024</u>	
	<u>Classificação</u>	<u>Contábil</u>	<u>Valor Justo</u>
Ativo			
Caixa e numerários (Nota 4)	2	717	717
Aplicações financeiras (Nota 4)	1 (Nível 2)	154.037	154.037
Contas a receber (Nota 5)	2	23.656	23.656
Valores a receber do poder concedente (Nota 6)	2	1.177	1.177
Partes relacionadas (Nota 13)	2	945	945
Recursos vinculados (Nota 8)	2	4.913	4.913
		<u>185.445</u>	<u>185.445</u>
Passivo			
Fornecedores (Nota 14)	2	33.845	33.845
Arrendamento mercantil a pagar (Nota 9)	2	25.714	25.714
Partes relacionadas (Nota 13)	2	899	899
Credores pela concessão (Nota 17)	2	7.151	7.151
Dividendos a pagar (Nota 19)	2	15.977	15.977
		<u>83.586</u>	<u>83.586</u>

A Classificação dos instrumentos financeiros mencionados no quadro acima, tem a seguinte definição:

Classificação 1 – Mensurados a valor justo por meio de resultado

Classificação 2 – Custo amortizado

26. Garantias e seguros

A Companhia, por força contratual, mantém regularizadas e atualizadas as garantias que cobrem a execução das funções de ampliação e conservação especial e das funções operacionais de conservação ordinária da malha rodoviária e o pagamento da parcela fixa do ônus da concessão, quando aplicável.

EPR Via Mineira S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Período de 20 de maio a 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Adicionalmente, por força contratual e política interna de gestão de riscos, a concessionária mantém vigentes apólices de seguros de riscos operacionais, de engenharia e de responsabilidade civil, para garantir a cobertura de danos decorrentes de riscos inerentes às suas atividades, tais como perda de receita, destruição total ou parcial das obras e dos bens que integram a concessão, além de danos materiais e corporais aos usuários, todos de acordo com os padrões internacionais para empreendimentos dessa natureza.

Em 31 de dezembro de 2024, as coberturas de seguros são resumidas como segue:

Riscos cobertos	2024		Limites de indenização
	Vigência		
	Início	Vencimento	
Seguro garantia	24/06/2024	24/08/2025	271.247
Riscos operacionais	24/06/2024	24/08/2025	42.000
Responsabilidade civil geral	24/06/2024	24/08/2025	30.000

27. Compromissos

A Companhia tem compromissos vinculados ao contrato de concessão, que se dividem em etapas (“frentes”). Os compromissos se relacionam a metas, critérios, requisitos, intervenções obrigatórias, diretrizes técnicas, normas, escopo, parâmetros de desempenho, parâmetros técnicos e os respectivos prazos para seu atendimento, dividido nas frentes, são:

- Frente de trabalhos iniciais – Até o 1º ano de concessão;
- Frente de recuperação e manutenção – Do 2º ao 5º ano de concessão;
- Frente de ampliação de capacidade – Do 3º ao 7º ano de concessão; e
- Manutenção de nível de serviço – Do 6º ao 30º ano de concessão.

No âmbito do contrato, a Companhia assumiu o compromisso de realizar investimentos estimados, conforme estabelecido no Estudo de Viabilidade Técnica Econômica e Ambiental (“EVTEA”), em R\$ 5.159.599, sendo R\$ 2.952.778 destinados à expansão e melhorias e R\$ 2.206.821 por constância dos parâmetros. As principais intervenções previstas englobam a duplicação de mais de 164 quilômetros de pistas, a implantação de 42 quilômetros de acostamento e 15 quilômetros de vias marginais.

Além do estabelecido acima, a Companhia também possui as seguintes obrigações:

- Verba de fiscalização: verba mensal destinada à cobertura de despesas com a fiscalização da concessão exercida pelo poder concedente. O montante será atualizado anualmente pelo IRT (índice de reajuste da atualização da tarifa de pedágio);
- Recursos vinculados: parcela retida da receita bruta da Companhia em favor do poder concedente;
- Recursos para desenvolvimento tecnológico (RDT): recurso anual destinado a projetos e estudos que visem ao desenvolvimento tecnológico, relativos ao objeto da concessão, conforme previsto na regulamentação da ANTT. O montante será atualizado anualmente pelo IRT (índice de reajuste da atualização da tarifa de pedágio);

EPR Via Mineira S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Período de 20 de maio a 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Verba de segurança de trânsito: verba anual para segurança no trânsito, destinada exclusivamente ao custeio de programas relacionados à prevenção de acidentes, educação no trânsito e comunicação. O montante será atualizado anualmente pelo IRT (índice de reajuste da atualização da tarifa de pedágio).

A Companhia também deverá, durante todo o prazo da concessão, manter vigentes as apólices de seguro necessárias à cobertura dos riscos inerentes à execução do objeto da concessão.

Por fim, a Companhia deverá manter, em favor da ANTT, como garantia do fiel cumprimento das obrigações contratuais, a garantia de execução do contrato nos montantes indicados na tabela abaixo:

	<u>R\$</u>
Do início do prazo do contrato até o 7º ano de concessão	261.000 (*)
Do 8º ano de concessão até o 27º ano de concessão	130.000
Do 28º ano de concessão até o final da concessão	261.000

(*) O valor do seguro garantia deve ser atualizado pelo índice IRT/IPCA anualmente, conforme previsto no contrato de concessão junto a ANTT.

28. Transações que não afetaram caixa

Em conformidade com o CPC 03 (R2) / IAS 7 – Demonstração dos Fluxos de Caixa, as transações que não afetaram caixa estão apresentadas nas rubricas abaixo:

	<u>2024</u>
Aquisição de infraestrutura em construção/fornecedores	(25.478)
Direito de uso (Nota 9)	26.856